TERMO DE REFERÊNCIA
CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICA FISCAL VERDE NO BRASIL

1. Objetivo

Contratação de serviços de consultoria para implementação do projeto Política Fiscal Verde no Brasil.

2. Tipo de contratação

Contratação por mês.

3. Contexto

Diante da perspectiva de que a mudança do clima produza impactos sobre a economia brasileira no médio e no longo prazo, é imprescindível que se acompanhe seus efeitos sobre o crescimento econômico e geração de empregos.

Diversos mecanismos têm sido mobilizados para atingir os objetivos de mitigação de emissões estabelecidos na Política Nacional de Mudanças Climáticas - PNMC, porém ainda não foi instituído no Brasil nenhum instrumento econômico direcionado à análise de impactos econômicos e setoriais de medidas vinculadas à política ambiental e que tenham reflexo direto sobre a política fiscal, seja por meio de incentivos tributários, seja por meio da instituição de um imposto sobre a emissão de carbono, seja pela necessidade de dispêndios crescentes de recursos orçamentários.

O avanço no alcance das metas nacionais de mitigação até 2020, bem como a perspectiva de que o Brasil venha a assumir novos compromissos no futuro, colocam a necessidade de desenvolvimento de instrumentos econômicos capazes de analisar proativamente os efeitos de medidas que forneçam incentivos positivos à mudança de comportamento dos agentes no que se refere às emissões de GEE.

4. Período

Até nove meses, com término automático no dia 31 de março de 2014.

5. Produtos, atividades e resultados esperados

Implementação/execução do projeto Política Fiscal Verde no Brasil para o período de junho de 2013 até março de 2014, incluindo os seguintes produtos, atividades e resultados esperados:

1) Desenvolvimento de modelo econômico para capturar o impacto da política fiscal sobre as mudanças climáticas (potencial de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa), desempenho econômico (potencial de crescimento do Produto Interno Bruto) e potencial de criação de empregos.

Espera-se que este trabalho resulte no desenvolvimento de metodologia robusta para a análise de alternativas de política fiscal, de acordo com as necessidades e demandas do Governo Federal brasileiro. A modelagem deverá considerar os efeitos diretos e indiretos das opções de

política relacionados a emissões de gases estufa, taxas de crescimento do PIB e níveis de emprego.

Espera-se que a modelagem seja um sistema integrado e utilize matriz insumo-produto, com desagregação setorial, sob o enfoque de equilíbrio geral computável. Espera-se que a desagregação setorial ocorra no maior número possível de produtos/setores produtivos, cujas interações sejam bem representadas, de modo a refletir o melhor retrato da economia brasileira. Espera-se que o modelo contabilize emissões CO_2, N_2O e CH_4 nos setores da economia. Espera-se que o modelo apresente matriz de tributos com representatividade a setores, de acordo com desagregação dos setores.

Espera-se que o trabalho considere horizonte temporal dinâmico, com explicitação da trajetória percorrida pelas variáveis, e que permita a calibração das informações, de modo a se verificar as diferentes opções de políticas.

Espera-se responder a questões como:

i. possibilidade de desvios;
ii. mensuração de impacto de custo de uma determinada medida;
iii. definição de limite de emissão em um ou mais setores;
iv. compensação por perda de competitividade;
v. ganhos de produtividade;
vi. contrapartida de aumento de um determinado imposto em detrimento da queda de outro tributo mais distorcivo;
vii. avaliação de duplo dividendo da receita tributária, no que tange a meio ambiente e menor impacto distorcivo da tributação;
viii. redução de alíquotas tributárias específicas.

2) Capacitação para os oficiais do Ministério da Fazenda operarem e adaptarem o modelo desenvolvido em 1).

Espera-se que haja atividades de capacitação para que os oficiais do governo brasileiro incorporem e disseminem o modelo. Além disso, espera-se que a equipe selecionada fique à disposição do Ministério da Fazenda por pelo menos uma semana para acompanhar tecnicamente a incorporação do modelo, eventualmente adaptar o modelo e prestar apoio técnico.

3) Relatório contendo recomendações, a partir dos resultados do modelo desenvolvido em 1), para a política fiscal com vistas a (i) mitigar emissões de gases do efeito estufa, (ii) aumentar o crescimento do PIB e (iii) potencializar a criação de empregos.

O relatório deve conter pelo menos cinco recomendações sobre como a política fiscal pode ser aplicada de modo a evitar emissões de gases do efeito estufa, potencializando a criação de empregos, sem efeitos significativos sobre o PIB e sobre o nível de receita total.

4) Apresentação de resultados finais em Seminário Internacional a ser promovido pelo Ministério da Fazenda e pela Embaixada do Reino Unido no Brasil.

6. Cronograma sugerido

O trabalho se refere a 5 etapas distribuídas ao longo de 9 meses, que ocorrerão entre junho de 2013 a março de 2014, quais sejam:

Etapa	Produto	Início-Término

1ª Etapa	Especificação e planejamento das atividades	Junho a Julho de 2013
2ª Etapa	Elaboração da modelagem	Julho a Outubro/2013
3ª Etapa	Apresentação de resultados preliminares, revisão e validação dos produtos	Novembro a Dezembro/2013
4ª Etapa	Atividades de capacitação e interlocução	Dezembro/2013 a Fevereiro/2014
5ª Etapa	Apresentação de resultados finais em Seminário Internacional a ser promovido pelo Ministério da Fazenda e pela Embaixada do Reino Unido no Brasil	Março/2014

7. Perfil profissional

Equipe de pesquisadores seniores atuantes em Técnicas de Equilíbrio Geral Computável aplicadas à análise da política fiscal e de mitigação de emissões de efeito estufa.

O coordenador da equipe deve apresentar: Doutorado em Ciências Exatas, Econômicas Naturais e/ou Geociências; experiência científica comprovada em modelagem econômica e mudanças do clima e experiência acadêmica de no mínimo 10 anos.

8. Forma de pagamento

A consultoria receberá honorários, pelos serviços estipulados, em 9 parcelas mensais, mediante entrega dos produtos previstos na especificação e planejamento das atividades, como também a aprovação pela Embaixada Britânica e Ministério da Fazenda.

Na assinatura do Acordo de Doação com Prestação de Contas, a consultoria deverá indicar seus dados cadastrais e bancários a Embaixada Britânica.

9. Propostas

As equipes interessadas deverão enviar uma proposta técnico-financeira, incluindo os currículos de seus integrantes, até **09 de junho de 2013** para camila.gramkow@fco.gov.uk